



EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA N.º 009/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 033/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL COM OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANSIDÃO.

TIPO: Menor Preço / Menor Lance por Lote

INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 18/10/2024 às 14h:00min

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 29/10/2024 às 09:00min.

Licitação [n.º 1057897]

LOCAL / ENDEREÇO ELETRÔNICO: O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública *on line*, conduzido por servidor público denominado PREGOEIRO, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – Internet, através do endereço eletrônico **<https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>** constante do site do Banco do Brasil S/A, gestor do sistema.

HORÁRIO REF.: Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o **HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF** e serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANSIDÃO**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida a Rua Capitão Manoel Remígio, n.º 80, Centro, em Mansidão (BA), CEP 47160-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º. 13.348.529/0001-42, comunica à população em geral e aos interessados, que realizará licitação pública, modalidade Pregão Eletrônico com critério de julgamento tipo **MENOR PREÇO / MENOR LANCE POR LOTE**, através do Pregoeiro designado pelo Decreto Municipal n.º 31, de 01 de fevereiro de 2024, conforme nos termos da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, e as exigências estabelecidas neste Edital, a partir da publicação deste.

1 – OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO

1.1 - Constitui o objeto do presente edital a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL COM OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANSIDÃO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do presente Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

1.3 O critério de julgamento das propostas ocorrerá de acordo com as previsões deste Edital e a sua classificação será pelo critério de menor preço, observados o atendimento das especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos.



1.4 As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

1.5 A contratação com o licitante vencedor obedecerá às condições constantes da Minuta do contrato de fornecimento - Anexo IV deste Edital.

2 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PRESENTE CERTAME

2.1 – Poderão participar do presente certame as empresas:

- a) legalmente constituídas;
- b) devidamente registradas no ramo de atividade pertinente ao objeto licitado;
- c) cadastrados no site “licitações-e.com.br”, do Banco do Brasil, para participação em licitações eletrônicas;
- d) que tenham manifestado interesse em participar do presente certame; e
- e) que atendam a todas as condições do edital.

2.2 – Não poderão participar da presente licitação:

- a) pessoas físicas;
- b) empresas em regime de sub-contratação;
- c) empresas que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- e) empresas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou.
- f) empresas que não tenham cumprido, integralmente, contratos anteriores firmados ou que, embora ainda vigente, se encontrem inadimplentes com qualquer das obrigações assumidas, quer com esta Prefeitura, quer com outros órgãos e entidades públicas.
- g) empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- h) empresas que possuam participação direta ou indireta de sócios, diretores ou responsáveis técnicos que tenham vínculo empregatício com esta Prefeitura;
- i) que não atenderem às demais condições do presente Edital.

3 - CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO (LICITACOES-E)

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto a quaisquer Agências do Banco do Brasil.

3.1.1. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.1.2. O credenciamento dar-se-á através da atribuição de chave de identificação e senha individual que será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o credenciado responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências, implicando em



responsabilidade legal e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.1.6. Quaisquer informações e esclarecimentos sobre o sistema licitacoes-e devem ser obtidos, exclusivamente, junto ao Banco do Brasil, os novos números são 4004-0001 - Capitais e Regiões Metropolitanas e 0800-729-0001 - demais localidades, escolhendo pela ordem as seguintes opções:

- 2 - atendimento para você;
- 4 - orientações técnicas;
- 5 - App do BB, Autoatendimento PF ou outros assuntos.

4 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

02.06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividades: 12.366.007.2059 – GESTÃO DOS RECURSOS DAS DEMAIS TRANSF. DO FNDE - VINCULADOS

Elementos de Despesa: 4.4.9.0.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fontes de Recurso: 1569

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.7 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada no sistema.

5.8 Os documentos de habilitação e proposta de preço deverão ser anexados diretamente no sistema do licitacoes-e, sendo VEDADO a utilização de link que direcione aos documentos e proposta de preço alocados em outro sistema ou site. A empresa que se utilizar dessa manobra será DESCLASSIFICADA.





6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 A proposta de preços deverá ser enviada em formulário eletrônico, através do site <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>, no prazo previsto para recebimento das propostas.

6.2 O Licitante deverá manifestar em campo próprio, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital e que assume como firme e verdadeira sua Proposta e lances.

6.3 O licitante deverá indicar especificação completa dos equipamentos, atendendo a todas as exigências discriminadas no Termo de Referência, com a descrição precisa do que pretende ofertar, inclusive com a indicação da marca do produto cotado;

6.4 Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

6.5 A proposta de preços deverá ser apresentada com preços unitários de cada item em numeral e o valor total para o material ofertado de cada lote, expressando os valores em moeda nacional, em duas casas decimais, em algarismos e por extenso, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

6.6 Deverá constar que nos preços unitários propostos estão inclusos e diluídos os custos relativos a todos os serviços preliminares, complementares, ou provisórios necessários à perfeita execução do serviço, mesmo que não constem das planilhas de preço, como também todos os custos relativos à mão de obra, materiais e equipamentos a serem utilizados, aos transportes, encargos sociais e trabalhistas, contribuições fiscais, bem como todas as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias à execução do objeto contratado.

6.7 O formulário da proposta de preços em sua forma impressa, conforme modelo do Anexo II, somente será utilizado pelo licitante arrematante.

6.8 A proposta deverá constar o compromisso de entregar dos equipamentos no máximo em 15(quinze) dias contados do recebimento pela Contratada, da Ordem de Compra expedida pela Autoridade Competente.

6.9. A proposta deverá constar o compromisso prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, mas na hipótese do licitante vencedor ser convocado e aceitar assinar o contrato, considerar-se-á como prorrogada a validade da proposta de preços apresentada por igual prazo.

6.11 A formulação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

6.12 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob



alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Iniciada a sessão pública do pregão não cabe desistência da proposta.

7.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.3.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do **Lote**.

7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 100,00 (cem reais)**.

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela



possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.





7.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.25.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.25.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/21;

7.25.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 11.430/23;

7.25.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle

7.26 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.26.1 empresas estabelecidas no território do Estado da Bahia;

7.26.2 empresas brasileiras;

7.26.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/09.

7.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.



8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 Será desclassificada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Secretaria requisitante ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

8.4 Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

8.5 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.6 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.7 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.7.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.





8.10.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.11 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.13 Na proposta deverá constar o compromisso de entrega dos equipamentos no máximo em 15 (quinze) dias contados do recebimento pela Contratada, da Ordem de Compra expedida pela Autoridade Competente.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos necessários à habilitação, conforme relação abaixo:

9.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.1.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual podendo ser substituído por certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial da sede da licitante;

9.1.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição dos seus administradores e respectivas alterações, se houver;

9.1.1.2 Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, podendo ser substituído por certidão expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

9.1.1.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.1.4 Cédulas de identidade do titular e sócios.

9.1.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.1.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

9.1.2.2 Prova de Regularidade com a Dívida Ativa da União e Seguridade Social; mediante apresentação de Certidão Conjunta de Negativa de Débitos, relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União e Seguridade Social (INSS);

9.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual e Municipal da sede do licitante;

9.1.2.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade da Situação/CRF.



9.1.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão (Lei 12.440/11).

9.1.2.6 A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.1.3. Quanto à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.3.3.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação;

9.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.4.1 Comprovação através de certidão(ões) e/ou atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível de que atua no ramo de atividade do objeto desta licitação e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório contrato(s) anteriormente mantido(s) com o(s) emitente(s) do(s) atestado(s).

9.1.4.2 O(s) Atestado(s) e/ou Certidão(ões) apresentada(s) poderá(ão) ser diligenciado(s) de acordo com A Lei 14.133/21.

9.1.5 OUTROS DOCUMENTOS

9.1.5.1 Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica - CNPJ do Tribunal de Contas da União, no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

9.1.5.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

Serão exigidos ainda:

9.1.5.3 Declaração Única, conforme modelo do Anexo III.

9.2 Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, ou através de publicações em órgão de imprensa oficial, ou cópia autenticada por cartório competente ou pelos servidores da CPL, mediante apresentação dos originais.

9.3 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.4 Os documentos extraídos via Internet serão considerados válidos após a confirmação da autenticidade por servidor municipal no endereço oficial (site) do órgão emitente.

9.5 A existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte sujeitas ao regime da Lei Complementar nº 123/06 não implica a

inabilitação automática das mesmas.

9.6 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer documentos exigidos, ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA



10.1 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.1.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.2 Será desclassificada a Proposta de Preços ou inabilitado o licitante que descumprir o prazo estabelecido no item anterior, devendo o Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

10.3 Às microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, quando do envio dos documentos de habilitação e que possuam alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for comunicado da irregularidade existente, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.4 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, assegurando-se às microempresas e empresas de pequeno porte em situação de empate o exercício do direito de preferência.

10.5 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.



11.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SISTEMA, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

13.1 Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico através do e-mail: **copelmansidao@hotmail.com**.

13.1.1 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnações no prazo de (03) três dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

13.1.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

13.1.3 As impugnações entregues após o decurso dos prazos legais, não serão acatadas pelo pregoeiro.

13.1.4 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

13.1.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.1.6 Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

14. RECURSO

14.1 Depois de declarado o vencedor pelo Pregoeiro, qualquer licitante, inclusive o que for desclassificado antes da fase de disputa, poderá manifestar, motivadamente, de forma sucinta, sua intenção de interpor recurso através do sistema eletrônico.

14.2 O Sistema aceitará esta intenção de forma imediata, no prazo de 20(vinte) minutos ao ato de declaração do vencedor; a ausência desta manifestação neste prazo importará na decadência do direito de recurso.

14.3 A partir da manifestação será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões constantes do recurso, que deverão ser encaminhadas a CPL, ficando os demais licitantes desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões no mesmo prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.





14.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser enviados por meio do sistema “<https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>” ou por meio eletrônico através do e-mail **copelmansidao@hotmail.com**, ou protocolados presencialmente no Setor de Licitações desta Prefeitura situado Rua Capitão Manoel Remígio, nº 80, Centro, Mansidão- Bahia, das 08h às 13h.

14.5 Cabe ao Pregoeiro receber e examinar os recursos e contrarrazões de recurso, podendo reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo período, quando mantiver sua decisão, encaminhá-lo(s) à autoridade competente que decidirá sobre a sua pertinência, no mesmo prazo, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

14.5.1 A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

14.6 Decididos os recursos, a Autoridade competente fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.7 Manifestações posteriores e os recursos que forem enviados por fax ou e-mail não serão acatadas pelo Pregoeiro.

14.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da CPL conforme solicitação prévia.

14.9 Os licitantes que apresentarem questionamentos, quer sob a forma de impugnação, quer em caráter de recurso, para obter o retardamento do certame licitatório, aplicar-se-ão as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

14.10 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. CONTRATAÇÃO

15.1. O fornecimento do objeto da presente licitação será formalizado, mediante Termo de Contrato, a ser assinado pelas partes, cuja minuta encontra-se no Anexo IV, devendo ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.

15.2. O contrato decorrente da presente licitação a ser assinado com o licitante vencedor terá o seu prazo de vigência contado da data da assinatura do instrumento contratual de 12 (doze) meses, ou ao término do fornecimento total dos itens cotados, prevalecendo o que ocorrer primeiro, podendo, ainda, ser prorrogado ou aditivado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

15.3. Os quantitativos do Contrato a ser celebrado poderão ser alterados, observando-se os limites previstos no § 1º do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

15.4. O licitante Vencedor terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar do recebimento da convocação da Prefeitura Municipal de Mansidão, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

15.4.1. Para que ocorra a assinatura do Contrato em conformidade com o determinado na legislação específica, o licitante Vencedor deverá apresentar os documentos, abaixo relacionados devidamente vigentes:



- a) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;
- b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF; e
- c) prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).

15.4.2. A não manutenção das condições de habilitação consignadas neste Edital, que será verificada por meio de novas consultas a todas as certidões, a fim de obter as mais atualizadas, à época da emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do Contrato, e/ou a recusa em assinar o Contrato e/ou retirar a Nota de Empenho, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, facultando à Administração chamar o próximo licitante melhor classificado, para a assinatura do Contrato e a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação, sem prejuízo da multa prevista no subitem 18.5 deste Edital, e das demais cominações legais.

15.5. A Prefeitura de Mansidão providenciará por sua conta, a publicação do extrato do Contrato celebrado, no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura.

15.6. A fiscalização e Gerenciamento do Contrato será feita na seguinte forma:

15.6.1 - DA FISCALIZAÇÃO: Será responsável pela fiscalização do Contrato, o servidor designado pela Secretaria competente.

15.6.2 - DO GERENCIAMENTO: Será responsável pelo gerenciamento do Contrato, o gestor de contratos designado pela Secretaria competente

16. DOS PRAZOS E RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1 O prazo de vigência contratual será até 31 de dezembro de 2024.

16.2 O prazo para entrega é de até 15 (quinze) dias contados do recebimento pela Contratada, da Ordem de Compra expedida pela Autoridade Competente.

17. CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

17.1 A Nota Fiscal deverá ser entregue ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento.

17.2 O pagamento será em até 30 (trinta) dias após entrega do material e emissão da Nota Fiscal que deverá ser atestada pela Secretaria solicitante.

17.3 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar juntamente com Nota Fiscal, os seguintes documentos:

- I – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- II - Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunta de débitos relativo aos





tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 O licitante ou a contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do item 18.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.5. A sanção de **multa** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.1, respeitados os seguintes parâmetros:



- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo de convocação fixado neste edital;
- b) multas indenizatórias e moratórias fixadas no contrato.

18.6. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 18.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Mansidão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.7. A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 18.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 18.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 18.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

18.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.10. As multas previstas neste capítulo não têm caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

18.11. A aplicação das sanções previstas no item 18.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.11. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.12. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.14. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

18.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de



administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.16. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada a multa de mora, na forma prevista no contrato.

18.16.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação

19. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

19.1 Esta licitação poderá ser anulada por ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados conforme disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021

20. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

20.1 Não haverá exigência de garantia contratual de execução, prevista no Art. 96 e seguintes da Lei 14.133.2021.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 A formulação da proposta implica para o licitante a aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital e seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

21.2 Fica reservado à Administração o direito de:

- a) adiar a data de abertura das propostas da presente licitação, dando conhecimento aos interessados através de correspondência oficial encaminhada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;
- b) transferir para o primeiro dia útil subsequente, caso haja impedimento na realização da licitação na data marcada para a sua abertura, mantidas as demais condições.

21.3 O(a) Pregoeiro(a) poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo o registro da suspensão e a convocação para continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

21.4 Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.



21.5 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

21.6 Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pela Comissão que deverá valer-se das disposições legais pertinentes.

21.7 A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório, desclassificar a proposta do licitante que for declarado inidôneo na área da Administração Pública.

21.8 A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o(a) Pregoeiro(a), se necessário, modificar este edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.9 O(a) pregoeiro(a), no interesse da Administração poderá relevar falhas formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

201.10 A falsidade das declarações prestadas no presente certame, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas neste edital, mediante o devido processo legal, e implicará, também, na inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

21.11 As propostas de preços readequadas e qualquer correspondência referente a este Pregão deverão ser protocolados e/ou encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, na Rua Capitão Remígio, s/nº, Centro, Mansidão - Bahia.

201.12 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura aquisição.

21.13 Os licitantes deverão acompanhar as mensagens referentes a esta licitação (respostas a questionamentos, impugnações, recursos, etc.) através do site do Banco do Brasil, www.licitacoes-e.com.br, sendo exclusivos responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo "Chat de Mensagens".

212. FORO

22.1 Fica designado o foro da Comarca de Mansidão, Estado da Bahia - Brasil, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital.

23. ANEXOS DO EDITAL

- a) Anexo I – Termo de Referência
- b) Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
- c) Anexo III – Declaração Única;
- d) Anexo IV – Minuta de Contrato.
- e) ANEXO V – Estudo Técnico Preliminar – ETP

Mansidão (BA) 06 de setembro de 2024.





UBIRAJARA NUNES ARAÚJO
Pregoeiro

EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA N.º 009/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2024

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO:

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL COM OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANSIDÃO.

JUSTIFICATIVA:

A aquisição de mobiliários adequados, como mesas e cadeiras ergonômicas, cria um ambiente confortável para os estudantes, permitindo que se concentrem melhor nas atividades escolares. Os equipamentos como computadores e acesso à internet são essenciais para o desenvolvimento de habilidades digitais e acesso a recursos educacionais online, ampliando o repertório educacional dos alunos. Mobiliários e equipamentos modernos e seguros não só proporcionam um ambiente mais seguro para os alunos, como também podem contribuir para práticas sustentáveis, beneficiando não apenas os alunos, mas também os professores e funcionários, proporcionando condições de trabalho melhores e aumentando a motivação e a eficiência de todos os envolvidos no processo educativo.

E nessa linha de ideias, procedeu-se o levantamento das demandas do município para elaborar a presente documentação, encontrando-se no procedimento os elementos que dizem respeito ao objeto licitado.

Diante do exposto, para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Mansidão, com vistas a garantir o regular desempenho das atividades desenvolvidas pela secretaria no âmbito da administração pública, indispensável se faz a aquisição do objeto.

01- DA ESPECIFICAÇÃO.

LOTE 01 – EQUIPAMENTOS PERMANENTES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	Mesa De Reunião Redonda 1,20x74 Escritório	UN	06			
2.	Cadeiras Plástica Branca Resistente Bistrô Até 182kg	UN	100			
3.	Quadro Branco Quadriculado Magnético Reto - Lousa Profissional- Moldura Frisada	UN	06			
4.	Mesa Para Professor Escritório Computador Com Gavetas 1,20m	UN	10			
5.	Mesa Refeitório com Bancos 10 lugares	UN	06			
6.	Armário Aço Escritório Fechadura 3 Prateleiras Azul	UN	06			
7.	Bebedouro de Água Industrial 25 litros Coluna Bebedouros 2 Torneiras + Filtro	UN	02			
8.	Purificador de Água Gelada Fria e Natural Elétrico	UN	04			





9.	Mesa Escrivania Escritório 2 Gav 120x60	UN	04			
10.	Cadeira de Escritório secretaria couro ecológico com braço base preto com estofado	UN	08			
11.	Armário Arquivo Escritório 4 Gavetas Pasta Suspensa	UN	02			
12.	Suporte Projetor De Teto Com Bandeja 15kg	UN	03			
13.	Cadeira escolar plástica azul Prancheta Plástica	UN	100			

LOTE 02 – ELETRO ELETRÔNICOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	Smart TV LED 50" 4K com HDR, Wi-Fi Dual Band, HDMI 1, Bluetooth, Controle Remoto	UN	02			
2.	Ar Condicionado Split Hw Inverter R-32 AI + Dual Voice 12000 Btus Quente/frio 220V	UN	06			
3.	Desktop Core i5 8GB de RAM SSD 256GB Windows 10 ou superior com Monitor HDMI de 15 polegadas	UN	04			
4.	Notebook Ultrafino 15.6" core i3 4GB de RAM SSD 256GB UHD	UN	04			
5.	Projetor Power Lite E20, XGA, 3400 Lumens	UN	03			
6.	Microfone Dinâmico Duplo Sem Fio Profissional	UN	06			
7.	Caixa de Som Amplificada Connect Partyplus CM-250, Bluetooth, Potência 250W, LED, USB, Rádio FM e Função TWS, Bivolt	UN	03			

02. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As contratações serão atendidas pelo orçamento vigentes na seguinte dotação orçamentária:

02.06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividades: 12.366.007.2059 – GESTÃO DOS RECURSOS DAS DEMAIS TRANSF. DO FNDE - VINCULADOS

Elementos de Despesa: 4.4.9.0.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fontes de Recurso: 1569

03 – RESPONSABILIDADES

3.1 - SÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

3.1.1. Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto, equipamentos como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento.

3.1.2. Substituir, imediatamente e às suas expensas, no todo ou em parte, os equipamentos em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência quando verificados vícios e defeitos.

3.1.3. Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a presente contratação.



- 3.1.4. Responder por danos causados ao Município de Mansidão ou a terceiros, decorrentes da qualidade dos materiais adquiridos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou do acompanhamento realizado por esse Município;
- 3.1.5. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, independentemente da sua natureza, desde que praticada por seus empregados, durante a execução do objeto;
- 3.1.6. Acatar as orientações do Município, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo, de pronto, as reclamações formuladas;
- 3.1.7. Fornecer os equipamentos de acordo com as especificações solicitadas nas quantidades e prazos mencionados.
- 3.1.8. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus empregados na execução do objeto ou em conexão com estes.

3.2 SÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE:

- 3.2.1 Cabe ao CONTRATANTE a definição precisa do objeto deste contrato por especificações e referências necessárias a sua perfeita execução pela CONTRATADA;
- 3.2.2 Cabe ao CONTRATANTE empenhar os recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos segundo as disposições do cronograma;
- 3.2.3. Cabe ao CONTRATANTE o acompanhamento e fiscalização da execução, objeto deste Edital, e a supervisão dos mesmos;
- 3.2.4. Realizar os pagamentos de acordo com o disposto na Cláusula (04 – **DOS PAGAMENTOS**), do presente.

04 – DOS PAGAMENTOS

- 4.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30(trinta) dias corridos, a contar da data de entrada das notas fiscais / faturas no protocolo do CONTRATANTE. A empresa deverá apresentar juntamente à nota fiscal as certidões negativas de débitos trabalhistas, de débitos relativos aos tributos federais, Estaduais, Municipais e certificado de regularidade do FGTS;
- 4.2. Só serão aceitas pelo protocolo do CONTRATANTE, notas fiscais e faturas devidamente atestadas pela Fiscalização;

05 – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E LOCAL DE ENTREGA

- 5.1. Os bens deverão ser entregues na Cidade de Mansidão, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados do recebimento pela Contratada, contados a partir do recebimento da Ordem de



Compra/Nota de empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Mansidão-Ba e, não atendendo às especificações do Edital, será recusado pelo servidor responsável no ato do recebimento, cujo item deverá ser substituído pela CONTRATADA no prazo de até 24(vinte e quatro) horas contados da notificação da contratada;

5.2.O objeto dessa licitação será recebido provisoriamente para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta apresentada, acompanhado da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por responsável e se identificada conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal será assinado;

5.3.O objeto dessa licitação será recebido definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital, seus anexos e da proposta, e sua consequente aceitação;

5.4. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto se estiver em desacordo com as especificações e as cláusulas contratuais com o Termo de Referência;

5.5. Caso seja constatada alguma desconformidade com as especificações exigidas, defeitos ou avarias, mesmo após o recebimento definitivo, os responsáveis da Contratante notificarão a Contratada para que a mesma providencie a correção necessária dentro do prazo estipulado

06 - ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. A proposta deverá conter especificações detalhadas dos equipamentos oferecidos, mencionando marca, modelo, dimensões, composição, e demais referências que permitam a perfeita análise e aceitação.

07 – PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

7.1. Os equipamentos, objeto desta licitação, a ser contratado será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por servidor designado pela administração;

7.2. A fiscalização será exercida no interesse da administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;

7.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as especificações e as cláusulas contratuais;

08 - DO PRAZO





8.1 O presente processo terá até 31 de dezembro de 2024, contados a partir da data de assinatura do contrato.

09 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

9.1 Será vencedora a licitante que apresentar o **MENOR VALOR GLOBAL POR LOTE**

ADEMAR JOSÉ DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS.



EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA N.º 009/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 033/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2024

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Local, _____ de _____ de 2024.

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANSIDÃO
Rua Capitão Manoel Remígio, n.º 80, Centro
Mansidão (BA)

ASSUNTO: Licitação PREGÃO ELETRÔNICO n.º. 006/2024 – AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL COM OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANSIDÃO.

Senhor Pregoeiro,

Apresentamos, na forma abaixo, nossa Proposta de Preços para participação na licitação Pregão Eletrônico n.º. 006/2024, promovido por esse Município, conforme Termo de Referência do Edital, a saber:

LOTE 01 – EQUIPAMENTOS PERMANENTES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	Mesa De Reunião Redonda 1,20x74 Escritório	UN	06			
2.	Cadeiras Plástica Branca Resistente Bistrô Até 182kg	UN	100			
3.	Quadro Branco Quadriculado Magnético Reto - Lousa Profissional- Moldura Frisada	UN	06			
4.	Mesa Para Professor Escritório Computador Com Gavetas 1,20m	UN	10			
5.	Mesa Refeitório com Bancos 10 lugares	UN	06			
6.	Armário Aço Escritório Fechadura 3 Prateleiras Azul	UN	06			
7.	Bebedouro de Água Industrial 25 litros Coluna Bebedouros 2 Torneiras + Filtro	UN	02			
8.	Purificador de Água Gelada Fria e Natural Elétrico	UN	04			
9.	Mesa Escrivania Escritório 2 Gav 120x60	UN	04			
10.	Cadeira de Escritório secretaria couro ecológico com braço base preto com estofado	UN	08			
11.	Armário Arquivo Escritório 4 Gavetas Pasta Suspensa	UN	02			
12.	Suporte Projetor De Teto Com Bandeja 15kg	UN	03			
13.	Cadeira escolar plástica azul Prancheta Plástica	UN	100			
VALOR GLOBAL LOTE 01 R\$.....(.....)						

LOTE 02 – ELETRO ELETRÔNICOS



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	Smart TV LED 50" 4K com HDR, Wi-Fi Dual Band, HDMI 1, Bluetooth, Controle Remoto	UN	02			
2.	Ar Condicionado Split Hw Inverter R-32 AI + Dual Voice 12000 Btus Quente/frio 220V	UN	06			
3.	Desktop Core i5 8GB de RAM SSD 256GB Windows 10 ou superior com Monitor HDMI de 15 polegadas	UN	04			
4.	Notebook Ultrafino 15.6" core i3 4GB de RAM SSD 256GB UHD	UN	04			
5.	Projetor Power Lite E20, XGA, 3400 Lumens	UN	03			
6.	Microfone Dinâmico Duplo Sem Fio Profissional	UN	06			
7.	Caixa de Som Amplificada Connect Partyplus CM-250, Bluetooth, Potência 250W, LED, USB, Rádio FM e Função TWS, Bivolt	UN	03			
VALOR GLOBAL LOTE 02 R\$.....(.....)						

CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

- 1) Validade: 60 (sessenta) dias;
- 2) Nos preços acima já estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas (custos de aquisição, transportes, impostos, taxas, seguros, lucro da empresa) e quaisquer outras que, direta ou indiretamente impliquem ou venham a implicar no cumprimento da presente Proposta de Preços;
- 3) Prazo de entrega: 15 (quinze) dias contados do recebimento pela Contratada, da Ordem de Compra expedida pela Autoridade Competente;
- 4) Local Entrega: Prefeitura Municipal de Mansidão.

5) DADOS DA PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____ ENDEREÇO: _____ TELEFONE: (____) _____

FAX EMAIL _____

BANCO (NOME/Nº) AGÊNCIA Nº CONTA CORRENTE Nº _____

6) DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME: _____

RG ÓRGÃO EXPEDIDOR CPF: _____

EMPRESA LICITANTE

Nome e assinatura do Representante legal _____





EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA N.º 009/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 033/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2024

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA

A empresa (Nome.....), inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, para fins de participação no Pregão Eletrônico xxxx/2022, sob pena das sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, **DECLARA:**

a) Que esta empresa é considerada () **MICROEMPRESA**/() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. **Obs: assinalar com “X” a opção da empresa;**

b) Que, em cumprimento à Portaria SDE nº 51, de 03 de julho de 2009, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça e sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

(1) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(2) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(3) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico quanto a participar ou não da referida licitação; (d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(4) que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da contratante antes da abertura oficial das propostas;

(5) Que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme previsto no inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal.

(6) que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida ou suspensa de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, e se compromete a comunicar qualquer ocorrência de fatos supervenientes.

(7) que não possui vínculo com servidor público.

(8) que assume inteira responsabilidade pela entrega dos equipamentos no prazo estabelecido, com marcas e preços ofertados).

(9) que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital, em cumprimento do previsto na Lei nº 14.133/2021.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante da empresa
(nome e número da identidade)

OBSERVAÇÃO: DECLARAÇÃO EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue juntamente a proposta de preço e documentação de habilitação.





EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA N.º 009/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 033/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2024

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

Contrato n.º _____/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANSIDÃO, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida a Rua Capitão Manoel Remígio, n.º 80, Centro, em Mansidão (BA), CEP 47160-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 13.348.526/0001-42, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, na qualidade de **CONTRATADA**, _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na _____, Bairro _____, na cidade de _____ (BA), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º _____, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileiro, solteiro/casado, empresário, residente e domiciliado na Rua _____, n.º _____, na cidade de _____ (BA), portador da Cédula de Identidade _____-SSP-_____ e CPF _____, conforme autorização constante no Processo licitatório Pregão Eletrônico n.º 006/2024, originado do Processo Administrativo n.º 033/2024, tudo em conformidade à Lei Federal n.º 14.133/21, têm justo e acordado o presente Contrato, que se regerá pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL COM OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANSIDÃO

1.2 Constitui objeto do presente contrato, os materiais abaixo descritos:

LOTE 01 – EQUIPAMENTOS PERMANENTES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	Mesa De Reunião Redonda 1,20x74 Escritório	UN	06			
2.	Cadeiras Plástica Branca Resistente Bistrô Até 182kg	UN	100			
3.	Quadro Branco Quadriculado Magnético Reto - Lousa Profissional- Moldura Frisada	UN	06			
4.	Mesa Para Professor Escritório Computador Com Gavetas 1,20m	UN	10			
5.	Mesa Refeitório com Bancos 10 lugares	UN	06			
6.	Armário Aço Escritório Fechadura 3 Prateleiras Azul	UN	06			
7.	Bebedouro de Água Industrial 25 litros Coluna Bebedouros 2 Torneiras + Filtro	UN	02			
8.	Purificador de Água Gelada Fria e Natural Elétrico	UN	04			
9.	Mesa Escrivania Escritório 2 Gav 120x60	UN	04			
10.	Cadeira de Escritório secretaria couro ecológico com braço base preto com estofado	UN	08			
11.	Armário Arquivo Escritório 4 Gavetas Pasta Suspensa	UN	02			
12.	Suporte Projetor De Teto Com Bandeja 15kg	UN	03			
13.	Cadeira escolar plástica azul Prancheta Plástica	UN	100			
VALOR GLOBAL LOTE 01 R\$.....(.....)						



LOTE 02 – ELETRO ELETRÔNICOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	Smart TV LED 50" 4K com HDR, Wi-Fi Dual Band, HDMI 1, Bluetooth, Controle Remoto	UN	02			
2.	Ar Condicionado Split Hw Inverter R-32 AI + Dual Voice 12000 Btus Quente/frio 220V	UN	06			
3.	Desktop Core i5 8GB de RAM SSD 256GB Windows 10 ou superior com Monitor HDMI de 15 polegadas	UN	04			
4.	Notebook Ultrafino 15.6" core i3 4GB de RAM SSD 256GB UHD	UN	04			
5.	Projektor Power Lite E20, XGA, 3400 Lumens	UN	03			
6.	Microfone Dinâmico Duplo Sem Fio Profissional	UN	06			
7.	Caixa de Som Amplificada Connect Partyplus CM-250, Bluetooth, Potência 250W, LED, USB, Rádio FM e Função TWS, Bivolt	UN	03			
VALOR GLOBAL LOTE 02 R\$.....(.....)						

1.3 A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 Fica estipulado em R\$ 000.000,00 (XXXXXX)) o valor total a ser pago à CONTRATADA pela CONTRATANTE.

2.1.1 Os preços unitários e global retro referidos são finais, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

2.2 A Nota Fiscal deverá ser entregue ao Setor de Compras do Município, para controle e processo de pagamento.

2.3 O pagamento será em até 30 (trinta) dias após entrega do material e emissão da Nota Fiscal que deverá ser atestada pela Secretaria solicitante.

2.4 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar juntamente com Nota Fiscal, os seguintes documentos:

I – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

II - Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de Certidão Conjunto de débitos relativo aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - Prova de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a

apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa que poderá ser obtida



no site

www.tst.jus.br/certidão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

3.1 A concessão de reajustamento fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, mediante a aplicação Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou Índice Geral de Preços - IGPM da Fundação Getúlio Vargas, o que for menor à época, ou, na falta de qualquer deles, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir, e será procedida independentemente da solicitação do interessado.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1 Este contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024, sendo seu prazo contados a partir da data de sua assinatura, podendo, ainda, ser prorrogado ou aditivado, nos termos da Lei nº 14.133/21.

4.2 O prazo para entrega dos equipamentos será de 15 (quinze) dias contados do recebimento pela Contratada, da Ordem de Compra expedida pela Autoridade Competente.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividades: 12.366.007.2059 – GESTÃO DOS RECURSOS DAS DEMAIS TRANSF. DO FNDE - VINCULADOS

Elementos de Despesa: 4.4.9.0.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fontes de Recurso: 1569

CLÁUSULA SEXTA – DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 A proposta deverá conter especificações detalhadas dos equipamentos oferecidos, mencionando marca, modelo, dimensões, composição, e demais referências que permitam a perfeita análise e aceitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento.

7.2. Substituir, imediatamente e às suas expensas, no todo ou em parte, os equipamentos em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência quando verificados vícios e



defeitos.

7.3. Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a presente contratação.

7.4. Responder por danos causados ao Município de Mansidão ou a terceiros, decorrentes da qualidade dos materiais adquiridos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou do acompanhamento realizado por esse Município;

7.5. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, independentemente da sua natureza, desde que praticada por seus empregados, durante a execução do objeto;

7.6. Acatar as orientações do Município, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo, de pronto, as reclamações formuladas;

7.7. Fornecer os equipamentos de acordo com as especificações solicitadas nas quantidades e prazos mencionados.

7.8. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus empregados na execução do objeto ou em conexão com estes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1 Notificar a Empresa CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada por ocasião do fornecimento;

8.2. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nos dispositivos legais;

8.3. Supervisionar a entrega dos equipamentos;

8.4. Sustar o recebimento dos equipamentos se o mesmo não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita;

8.5 Fornecer atestado de capacidade técnica, quando solicitado pela CONTRATADA, desde que atendidas às obrigações contratuais;

8.6 Cabe ao CONTRATANTE a definição precisa do objeto deste contrato por especificações e referências necessárias a sua perfeita execução pela CONTRATADA;

8.7 Cabe ao CONTRATANTE empenhar os recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos segundo as disposições do cronograma;

8.8. Cabe ao CONTRATANTE o acompanhamento e fiscalização da execução, objeto deste Edital, e a supervisão dos mesmos;

CLÁUSULA NONA – DO EQUILIBRIO ECONOMICO E FINANCEIRO





9.1 A recomposição dos preços dos itens objeto do contrato reger-se-ão de forma a manter o equilíbrio econômico financeiro da CONTRATADA, ou seja, mantendo-se o mesmo percentual entre o preço dos itens adquiridos por ela no distribuidor e o ofertado ao CONTRATANTE em sua proposta na época da licitação.

§ 1º. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será solicitado expressamente pela CONTRATADA quando da entrega da fatura de fornecimento e das notas fiscais de aquisição dos produtos junto ao fornecedor, que será analisado pelo Setor Financeiro do CONTRATANTE.

§ 2º. Não serão considerados pedidos de reequilíbrio de preços relativamente a faturas anteriormente entregues, mesmo que essas ainda não tenham sido quitadas.

§ 3º. O preço cobrado não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao praticado pela CONTRATADA ao público em geral, devendo ser repassados ao CONTRATANTE os descontos promocionais praticados pela CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FORÇA MAIOR

10.1 Caso a CONTRATADA, por motivo de força maior, fique temporariamente impedido de cumprir, total ou parcialmente, as suas obrigações, deverá comunicar o fato imediatamente à fiscalização, ainda que verbalmente, ratificando por escrito.

§ 1o. Na ocorrência de motivo de força maior, o contrato será suspenso enquanto perdurarem os seus efeitos, podendo qualquer das partes propor o distrato, ficando o CONTRATANTE obrigado ao pagamento da importância correspondente ao valor dos materiais/produtos já fornecidos.

§ 2o. O CONTRATANTE e a CONTRATADA não responderão entre si por atraso decorrente de força maior.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O licitante ou a contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do item 23.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.5. A sanção de **multa** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.1, respeitados os seguintes parâmetros:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo de convocação fixado neste edital;
- b) multas indenizatórias e moratórias fixadas no contrato.

11.6. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 11.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Mansidão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.7. A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 11.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 11.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 18.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

11.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.10. As multas previstas neste capítulo não têm caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



11.11. A aplicação das sanções previstas no item 18.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.11. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.12. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.14. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.16. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada a multa de mora, na forma prevista no contrato.

11.16.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Reconhecidos os direitos da Administração, previstos nos arts. 137 a 139 da Lei Federal n.º 14.133/21, este Contrato poderá ser extinto ainda:

I - pela inadimplência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal forma que não subsistam condições para a continuidade dele;

II - pela superveniência de eventos que impeçam ou tornem inconveniente o prosseguimento de sua execução.

§ 1º. Mediante simples aviso extrajudicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, poderá haver a rescisão unilateral deste instrumento, reduzida a termo no processo, precedida de autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal, desde que haja conveniência administrativa e relevante interesse público, na forma estabelecida na Lei Federal n.º 14.133/21.





§ 2º. Poderá, também, ocorrer a rescisão amigável deste contrato, por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal, desde que haja conveniência administrativa, na forma estabelecida na Lei Federal n.º 14.133/21.

§ 3º. As partes poderão, também, alterar esse instrumento de Contrato, através de Termo Aditivo a ele, onde se observem as regras previstas na legislação contratual específica sobre o assunto, assim como prorrogá-lo quando do seu vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização do objeto será exercida pela CONTRATANTE, por meio da Prefeitura Municipal de Mansidão, na forma que lhe convier;

13.2 A fiscalização, exercida no interesse exclusivo da Prefeitura Municipal de Mansidão, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente;

13.3 Fica designado o servidor público Sr. **PAULO DE SENE OLIVEIRA**, Mat. 910, como FISCAL OPERACIONAL DOS CONTRATOS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E LOCAL DE ENTREGA

14.1 Os bens deverão ser entregues na Cidade de Mansidão, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados do recebimento pela Contratada, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra/Nota de empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Mansidão-Ba e, não atendendo às especificações do Edital, será recusado pelo servidor responsável no ato do recebimento, cujo item deverá ser substituído pela CONTRATADA no prazo de até 24(vinte e quatro) horas contados da notificação da contratada;

14.2 O objeto dessa licitação será recebido provisoriamente para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta apresentada, acompanhado da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por responsável e se identificada conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal será assinado;

14.3 O objeto dessa licitação será recebido definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital, seus anexos e da proposta, e sua consequente aceitação;

14.4 Os equipamentos será inspecionado quanto a sua qualidade no momento da entrega. Em caso de ocorrência de qualquer inadequação nas características o mesmo será recusado;

14.5 A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto se estiver em desacordo com as especificações e as cláusulas contratuais com o Termo de Referência;

14.6 Caso seja constatada alguma desconformidade com as especificações exigidas, defeitos ou



avarias, mesmo após o recebimento definitivo, os responsáveis da Contratante notificarão a Contratada para que a mesma providencie a correção necessária dentro do prazo estipulado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Serão partes integrantes deste contrato:

- a) Edital e Anexos;
- b) Proposta de Preços da CONTRATADA;
- c) Processo administrativo nº 033/2024.

15.2 Toda e qualquer comunicação, entre as partes, será sempre feita por escrito, devendo as correspondências

encaminhadas pela **CONTRATADA** serem protocoladas, pois só dessa forma produzirão efeito.

15.3 Aos casos não previstos neste instrumento, aplicar-se-ão os dispositivos estabelecidos na Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO.

16.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO – As partes elegem o Foro da Comarca de Mansidão - Estado da Bahia, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões decorrentes do presente Contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, que a tudo viram e acompanharam, e subscrevem o presente Contrato, juntamente com as partes, depois de lido e achado conforme.

Mansidão, ____ de _____ de 2024.

Contratante;

DJALMA RAMOS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Mansidão

Contratado;

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL COM OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANSIDÃO.

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS:

1.1- O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP), enquanto elemento essencial ao planejamento do suprimento governamental, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, auxilia na elaboração do competente Termo de Referência (TR) e dos demais documentos integrantes do processo de aquisição.

1.2- Vê-se, assim, que as finalidades do ETP estão dirigidas, dentre outras, a analisar a viabilidade técnica da almejada aquisição, bem assim avaliar todos os aspectos necessários e suficientes à aquisição.

1.3- Entende-se que um dos principais documentos da etapa de planejamento é o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o qual se destina a identificar e analisar a necessidade pungente projetada pela unidade administrativa ao realizar o seu planejamento estratégico e o plano anual de aquisição, buscando evidenciar o problema a ser resolvido, assim como as soluções possíveis, com fins de avaliar as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de aquisição. Nota-se, portanto, que o ETP assume função estratégica na engrenagem das contratações públicas, pois pavimenta o caminho para o atendimento da demanda ao avaliar os cenários possíveis e demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções disponíveis. Em decorrência disto, esse documento vem sendo exigido em vários normativos e trouxe à tona dúvidas em relação à sua produção, conteúdo, momento adequado para sua elaboração e aplicabilidade nas contratações públicas.

1.4- O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de aquisição.

1.5- Não por outro motivo, aliás, disciplina o § 1º do artigo 18 da Lei n. 1.4133/2021 quanto à própria função do ETP (atenção especial para os destaques que não constam do original):

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na aquisição, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da aquisição fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido; [...]

§ 1º. O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da aquisição, e conterá os seguintes elementos:

I - A descrição da necessidade da aquisição, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;



- II - A demonstração da previsão da aquisição no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III - Os requisitos da aquisição;
- IV - As estimativas das quantidades para a aquisição, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- V - O levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- VI - A estimativa do valor da aquisição, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- VII - A descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- VIII - As justificativas para o parcelamento ou não da aquisição;
- IX - O demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

2 - DESIGNAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO ESTUDO:

2.1 Unidade interessada: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANSIDÃO

Servidor: AURELIA SENE OLIVEIRA

Cargo: Secretária Municipal de Educação

3 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1 O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar é a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL COM OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANSIDÃO.

3.2- Aquisição de mobiliário e equipamentos para atender o Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei n. 14.640, de 31 de julho de 2023, visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral.

3.3- Com o provimento da solução, a área requisitante da solução visa a atender as necessidades e garantir a prestação do serviço público.

3.4- A descrição da necessidade da aquisição visa a solução mais adequada do problema sob a perspectiva do interesse público.

3.5- Atualmente, para toda compra pública é realizada uma descrição detalhada e estimativa do quantitativo conforme a realidade que se apresenta, com intuito de alcançar a eficiência e vantajosidade das contratações públicas.

3.6- Por fim, informamos que se trata de fornecimento de material comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do inciso XIII, do artigo 6º, da Lei 14.133/2021.

4 - DA AQUISIÇÃO E JUSTIFICATIVA DAS SOLUÇÕES A CONTRATAR:



4.1 – A aquisição de mobiliários adequados, como mesas e cadeiras ergonômicas, cria um ambiente confortável para os estudantes, permitindo que se concentrem melhor nas atividades escolares. Os equipamentos como computadores e acesso à internet são essenciais para o desenvolvimento de habilidades digitais e acesso a recursos educacionais online, ampliando o repertório educacional dos alunos. Mobiliários e equipamentos modernos e seguros não só proporcionam um ambiente mais seguro para os alunos, como também podem contribuir para práticas sustentáveis, beneficiando não apenas os alunos, mas também os professores e funcionários, proporcionando condições de trabalho melhores e aumentando a motivação e a eficiência de todos os envolvidos no processo educativo.

4.2 E nessa linha de ideias, procedeu-se o levantamento das demandas do município para elaborar a presente documentação, encontrando-se no procedimento os elementos que dizem respeito ao objeto lícito.

4.3 Diante do exposto, para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Mansidão, com vistas a garantir o regular desempenho das atividades desenvolvidas pela secretaria no âmbito da administração pública, indispensável se faz a aquisição do objeto.

4.4- A definição do objeto aqui citado se dará, detalhadamente, no competente Termo de Referência que será elaborado oportunamente. Aqui, neste ETP, tão somente serão destacados os elementos principais relacionados à aquisição até mesmo porque o presente documento não se confunde com aquele, o Termo de Referência.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Os preços anotados são referenciais e buscam apresentar a provável dimensão do impacto orçamentário para avaliação da viabilidade da contratação.

6 - JUSTIFICATIVAS DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO:

- a) Considerando que se trata de recursos para investimento, a solução mais viável e adequada é a aquisição dos mobiliários e equipamentos.
- b) A análise das opções oferecidas pelo mercado, leva em consideração o preenchimento dos requisitos de conforto e segurança adequados ao deslocamento de servidores.
- c) A aquisição em questão amplamente transparente, sendo que todas as empresas do ramo teriam capacidade técnica necessária para executar o contrato favorecendo a competitividade do certame.
- d) A aquisição proposta será benéfica e vantajosa, uma vez que:
 - O planejamento para esta aquisição ora pretendida foi realizado buscando o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e/ou financeiros despendidos na aquisição de serviços, contemplando assim, a demanda das atividades essenciais e auxiliares às atividades acadêmicas e administrativas;
 - Os padrões aqui definidos, que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados;
 - Os parâmetros definidos para o objeto da aquisição e para execução contratual possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida;
 - No que tange aos impactos ambientais da aquisição, foram relacionadas, neste estudo, as obrigações da contratada quanto a critérios de sustentabilidade, que vão desde rotinas até critérios que deverão ser respeitados quando da aquisição e disponibilização dos materiais.



7 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO:

A natureza do objeto a ser contratado é de bem comum, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser aferido por especificações usuais de mercado, conforme detalhado no anexo deste ETP, enquadrando-se, portanto, nos termos do inciso XIII, do artigo 6º, da Lei 14.133/2021.

As Contratações decorrentes deste procedimento licitatório, serão formalizadas mediante **Termo de Contrato**, estando sujeitos à disciplina da **Lei nº. 14.133/2021**.

O Contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 124, da Lei nº. 14.133/2021.

É vedada, a Subcontratação Total ou Parcial do Objeto.

O prazo de entrega dos mobiliários e equipamentos será de 15 (quinze), prorrogável por igual período a critério da administração, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, na qual conterá todas as informações necessárias para o cumprimento da demanda.

Os mobiliários e equipamentos serão recebidos e haverá a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e na proposta, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante atesto.

Os mobiliários e equipamentos entregues que apresentarem vícios, defeitos, violações, inadequações, características que impossibilitem o seu uso adequado ou estiverem em desacordo com as especificações dispostas neste Termo e em Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria solicitante, deverão ser substituídos pelo prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação da Secretaria solicitante, podendo ser prorrogado se aceita a justificativa pela Secretaria, tendo todas as despesas desta por conta da CONTRATADA.

8 - RELAÇÃO ENTRE DEMANDA ESTIMADA E QUANTIDADES PREVISTA:

8.1- Para a estimativa das quantidades, considerou-se a totalidade das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, bem assim os elementos constantes de procedimento análogo anterior e a projeção da razoabilidade deste quantitativo, para que se possa suprir as demandas aqui faladas.

8.2- As quantidades a serem adquiridas foram estimadas em função do consumo, obtidos a partir de fatos concretos como série histórica do consumo, acrescidas de eventuais ocorrências vindouras capazes de impactar os quantitativos demandados e acréscimos de atividades. Foi realizado ainda o levantamento de mercado considerando as disponibilidades, características e oferta local e regional.

8.3- Conforme estudos preliminares, a análise do objeto pretendido com a aquisição revela a sua natureza “comum”, até por conta da averiguação de padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, reforçando o enquadramento fático à hipótese de aquisição na modalidade licitatória “pregão” (art. 29, Lei nº 14.133/2021).

8.4- Conforme planejamento, as especificações e quantidades em relação às suas adequabilidades frente às necessidades da Administração são:

LOTE 01 – EQUIPAMENTOS PERMANENTES



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	Mesa De Reunião Redonda 1,20x74 Escritório	UN	06			
2.	Cadeiras Plástica Branca Resistente Bistrô Até 182kg	UN	100			
3.	Quadro Branco Quadriculado Magnético Reto - Lousa Profissional- Moldura Frisada	UN	06			
4.	Mesa Para Professor Escritório Computador Com Gavetas 1,20m	UN	10			
5.	Mesa Refeitório com Bancos 10 lugares	UN	06			
6.	Armário Aço Escritório Fechadura 3 Prateleiras Azul	UN	06			
7.	Bebedouro de Água Industrial 25 litros Coluna Bebedouros 2 Torneiras + Filtro	UN	02			
8.	Purificador de Água Gelada Fria e Natural Elétrico	UN	04			
9.	Mesa Escrivania Escritório 2 Gav 120x60	UN	02			
10.	Cadeira de Escritório secretaria couro ecológico com braço base preto com estofado	UN	08			
11.	Armário Arquivo Escritório 4 Gavetas Pasta Suspensa	UN	02			
12.	Suporte Projetor De Teto Com Bandeja 15kg	UN	03			
13.	Cadeira escolar plástica azul Prancheta Plástica	UN	100			

LOTE 02 – ELETRO ELETRÔNICOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	Smart TV LED 50" 4K com HDR, Wi-Fi Dual Band, HDMI 1, Bluetooth, Controle Remoto	UN	02			
2.	Ar Condicionado Split Hw Inverter R-32 AI + Dual Voice 12000 Btus Quente/frio 220V	UN	06			
3.	Desktop Core i5 8GB de RAM SSD 256GB Windows 10 ou superior com Monitor HDMI de 15 polegadas	UN	04			
4.	Notebook Ultrafino 15.6" core i3 4GB de RAM SSD 256GB UHD	UN	04			
5.	Projetor Power Lite E20, XGA, 3400 Lumens	UN	03			
6.	Microfone Dinâmico Duplo Sem Fio Profissional	UN	06			
7.	Caixa de Som Amplificada Connect Partyplus CM-250, Bluetooth, Potência 250W, LED, USB, Rádio FM e Função TWS, Bivolt	UN	03			

9 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Inicialmente, o valor estimado da contratação, se deu através de cotações de preços apresentadas por empresas do ramo de atividade compatíveis com o objeto do presente ETP.

10 - A QUALIDADE DOS PRODUTOS E DOS SERVIÇOS QUE INTEGRAM A SOLUÇÃO:

10.1- O padrão de qualidade do objeto pretendido pelo Poder Público perfaz elemento essencial nas contratações, o que implica numa análise ampliada sobre a eficiência do negócio e o alcance da finalidade



almejada, mormente perante a avaliação da viabilidade do parcelamento (ou não), ante a perda de economia da escala (art. 40, § 3º, I e II, Lei nº 14.133/2021).

10.2- Diante da necessidade de aquisição de mobiliários e equipamentos, buscou-se utilizar a centralização de aquisição de equipamento de mesma natureza, com especificações e características já experimentadas e aprovadas para demandas do setor, inclusive com intuito de afastar os materiais de qualidade inferior. Tal procedimento revela-se vantajoso e eficiente, gerando economicidade, redução da inatividade e agilidade na execução do serviço público. As ordens de fornecimentos periódicas contribuem para ganho de escala, tornando assim a aquisição mais atrativa para o mercado, despertando, maior interesse dos fornecedores. O material a ser adquirido enquadra-se como bem comum por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico. Assim, a aquisição mostra-se viável na modalidade de licitação por Pregão eletrônico e julgamento por Menor Preço global por Lote.

10.3- A compreensão sobre a previsão de condições para assegurar o padrão da qualidade do objeto alcançará não só a escolha da modalidade de contrato, mas as especificações de cada item, prazo de fornecimento e obrigações.

10.7- Aquisição de materiais com toda a qualidade necessária ao uso, por preços bem ajustados, garantindo que a contratação seja vantajosa para o município.

11 - JUSTIFICATIVA SOBRE PARCELAMENTO:

11.1 A presente contratação poderá ser dividida em lotes com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final de cada lote. Garantindo, assim, a ampla concorrência. Tendo como objetivo permitir que a Administração realize as suas contratações com racionalidade e de forma parcelada, conforme sua necessidade, diante da dificuldade de precisar os quantitativos exatos a serem utilizados e ainda, objetiva evitar a imobilização desnecessária de recursos. Justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei 14.133/2021.

12 - RESULTADOS PRETENDIDOS:

12.1- A presente contratação tem como objetivo viabilizar a aquisição/contratação dos itens descritos nesta solução com o melhor preço, com qualidade que atenda a especificação, correspondendo às necessidades das unidades requisitantes. Para esta solução não há necessidade de providências ou serviços adicionais a serem adotadas para que a contratação surta seus efeitos e cumpra com a finalidade pretendida.

13 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Não se aplica à presente contratação.

14 - DECLARAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE DA AQUISIÇÃO:

14.1- Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a aquisição mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de fornecimento do objeto, competitividade do



mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente aquisição. Diante do exposto, declaramos a viabilidade da contratação, nos termos dispostos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

16 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO:

16.1- Considerando que a Administração Pública deverá definir o objeto no TR com todos os seus elementos essenciais e acidentais, homenageando a qualidade, o benefício, a superioridade e, enfim, a vantagem que não é – em absoluto – sinônimo de menor valor, o edital deve prever mecanismo de obtenção de qualidade e estabelecer as exigências de qualificação técnica e econômico-financeira que sejam pertinentes e correlatas ao cumprimento das obrigações assumidas, acompanhando o mandamento constitucional estampado no inciso XXI do artigo 37 da Carta Maior.

Mansidão, 02 de setembro de 2024.

AURELIA SENE OLIVEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

